

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 695.887 - GO (2015/0082487-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR : VANESSA PAULA DE SOUSA SILVA FERNANDES E
OUTRO(S) - GO019551
AGRAVADO : EMPRESA MOREIRA LIMITADA
ADVOGADOS : VALDIR SILVA MACIEL FILHO - GO016810
ADRIANO JACARANDÁ MACIEL NASCIMENTO NEVES -
GO035705

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Estado de Goiás**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que negou seguimento ao recurso especial, sob o fundamento de que as teses suscitadas no apelo especial demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

É o relatório.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, que as teses suscitadas, no apelo especial, demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ, limitando-se a reeditar os mesmos argumentos apresentados no recurso inadmitido.

Ressalta-se que, apesar de fazer menção ao verbete sumular nº 7/STJ (discorrendo, genericamente, sobre a aplicação da legislação tida como violada), a parte agravante não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.*").

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp**

701.404/SC e o **EAREsp 831.326/SP** (acórdãos pendentes de publicação).

Diante do exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

